



PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)

Versão atualizada com base
nas Semanas Pedagógicas de
2013 a 2015

**OLINDA
FEV/2015**

APRESENTAÇÃO

Esta é uma versão atualizada do PPI elaborado em 25 de abril de 2007 a partir das contribuições das Semanas Pedagógicas de janeiro de 2013 a janeiro de 2015. Naquela data – 2007 –, um grupo de 15 pessoas, composto por diretores, coordenadores de cursos, coordenadores de núcleos e docentes, reuniram-se nas dependências da faculdade para definir o projeto pedagógico institucional (PPI), obedecendo ao seguinte roteiro de trabalho:

- Apresentação da missão, da visão e dos valores institucionais constantes do planejamento estratégico 2005-2010;
- Apresentação e discussão da pesquisa sobre o Diagnóstico das Práticas Pedagógicas do Corpo Docente, realizado em setembro de 2006;
- Definição da linha filosófica (trabalho em equipe);
- Definição dos pressupostos psicopedagógicos (trabalho em equipe);
- Estrutura do PPI (sugestões e informações).

As fotos abaixo registram o momento da realização do workshop de 2007, especialmente os instantes da definição da linha filosófica e dos pressupostos psicopedagógicos.



SUMÁRIO

1. HISTÓRIA, CURSOS E SERVIÇOS OFERECIDOS	04
1.1 – História, Missão, Visão e Valores	04
1.2 – Áreas de Atuação	06
1.3 – Projetos Sociais	06
2. PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS	08
2.1 – Fundamentação Teórica	08
2.2 – Sobre as Mudanças para o Educador e Educandos	10
2.3 – Linha Filosófica	12
3. PRÁTICA PEDAGÓGICA	15
3.1 – Processo de Acesso e Seleção de Alunos	15
3.2 – Avaliação do Planejamento e Execução do Trabalho Docente	16
3.3 – Seleção de Conteúdos e Elaboração dos Currículos	18
3.4 – Processo de Avaliação da Aprendizagem	18
3.5 – Apoio Psicopedagógico	21
3.6 – Atividades Práticas Complementares	21
3.7 – Perfil Desejado para os Egressos	21
4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	23
4.1 – Política de Gestão	23
4.2 – Política de Ensino	23
4.3 – Política de Estágio e da Prática Profissional	24
4.4 – Política de Iniciação Científica e de Extensão	25
4.5 – Política de Valorização do Corpo Docente	25
4.6 – Política de Valorização do Pessoal Técnico-administrativo	30
4.7 – Política de Acessibilidade e de Inclusão Social	31
4.8 – Política de Sustentabilidade e de Responsabilidade Ambiental	32
4.9 – Política de Acompanhamento do Egresso	33
5. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	35
5.1 – Constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)	35
5.2 – Metodologia de Trabalho	36
5.3 – Fluxos das Atividades de Avaliação	38
5.4 – Divulgação dos Resultados da Avaliação	39
5.5 – Acompanhamento do Desempenho dos Cursos	39
REFERÊNCIAS	41

Se a educação sozinha não
transforma a sociedade, sem ela
tampouco a sociedade muda.

PAULO FREIRE *

* O mais célebre educador brasileiro, autor da "Pedagogia do oprimido" e defensor de uma educação para a consciência. Patrono da Educação Brasileira. Nasceu no Recife em 1921. Faleceu em São Paulo em 1997.

1. HISTÓRIA, CURSOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

A FOCCA - FACULDADE DE OLINDA é uma Instituição privada de ensino superior, fundada há trinta e três anos, cuja filosofia de trabalho está centrada na qualidade de seus serviços e nos princípios éticos de respeito, competência, argumentação sólida e trabalho em equipe.

A instituição mantenedora da FOCCA é a **Associação Olindense Dom Vital de Ensino Superior**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no Estado de Pernambuco, e com registro no cartório de títulos e documentos. Esta associação tem como patrono o Bispo mártir de Olinda, DOM VITAL, cuja memória se comemora no dia 23 de maio - dia de aniversário da FOCCA.

1.1 – HISTÓRIA, MISSÃO, VISÃO E VALORES

Localizada no sítio histórico de Olinda, cidade Patrimônio da Humanidade, a FOCCA também tornou-se patrimônio da cidade, com o seu conjunto arquitetônico de casarios de estilo eclético (barroco/rococó). Seu prédio principal foi construído no final do século XIX, e hoje é motivo de relevância turística, pois, hoje quem vêm conhecer a cidade, não pode deixar de deslumbrar-se com o prédio da FOCCA.

A FOCCA teve sua autorização para funcionamento em 1972, época em que era conhecida como FOA - Faculdade Olindense de Administração, sendo o seu primeiro curso o de **Administração de Empresas** que, no início, contava apenas com 60 vagas. Quatro anos depois, forma-se a primeira turma e, em 1977, o curso é reconhecido através de Decreto da Presidência da República (70.595, de 23/05/72). Um ano após o reconhecimento, o número de vagas do curso expande-se para 180. Atualmente, o curso de Administração de Empresas da FOCCA oferece 225 vagas à comunidade pernambucana, sendo 65 no turno matutino e 160 no turno noturno.

Em 1987 é implantado o curso de **Ciências Contábeis**, oferecendo vagas para 100 alunos. A então FOA passa a se chamar FOCCA - Faculdade Olindense de Ciências Contábeis e Administrativas. Em 1990 forma-se a primeira turma de Ciências Contábeis e, em 1994, o curso obtém reconhecimento por decreto do Ministério da Educação (Dec. 93.174, de 26/08/86).

Com a implantação de outros cursos superiores, a exemplo de Letras e Direito, a instituição passou a denominar-se FOCCA – FACULDADE DE OLINDA, redefinindo a sua **missão** em workshop que elaborou também o seu Plano Estratégico 2005-2010. A partir desse seminário, realizado nos dias 02 e 09 de abril de 2005, que contou com a participação de seu corpo diretivo, de parte de seus professores e de representantes dos alunos, a missão da FOCCA passou a ser a seguinte:

Contribuir para a satisfação das necessidades de pessoas e organizações, mediante a prestação de serviços educacionais, culturais e sociais com excelência, produzindo e difundindo o conhecimento, de modo a fomentar riqueza para a sociedade.

Nesse mesmo encontro, igualmente se ratificou sua **visão de futuro** e as **crenças** fundamentais que norteiam as ações de todos que fazem a FOCCA

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma instituição de excelência.

VALORES

- COMPETÊNCIA
- COMPROMETIMENTO
- ÉTICA
- JUSTIÇA SOCIAL.
- QUALIDADE
- TRANSPARÊNCIA

1.2 – ÁREAS DE ATUAÇÃO

Mesmo sendo uma faculdade isolada nos termos da legislação em vigor, a FOCCA deve atuar nos três eixos em que se sustenta a formação universitária: ensino, pesquisa e extensão, conforme abaixo se especifica:

- **Ensino:** Oferta cursos nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, e Linguística, Letras e Artes, além de outras a serem contemplados no seu Plano de Desenvolvimento Institucional. Ainda conforme indicado no PDI, atua com cursos na modalidade a distância, além de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* – nos termos dos seus estatutos.
- **Pesquisa:** Incentivo à iniciação do estudo científico, mediante núcleo pedagógico específico, com o objetivo de normatizar os procedimentos iniciais da pesquisa, estabelecendo diretrizes e estimulando a criação de grupos e linhas de pesquisa.
- **Extensão:** Desenvolvimento de cursos e projetos de modo a facilitar a aplicação do conhecimento no entorno da instituição.

1.3 – PROJETOS SOCIAIS

Consciente de sua responsabilidade social perante a comunidade onde está situada a FOCCA, em coerência com um de seus valores institucionais – o de justiça social –, deve sempre desenvolver ações e projetos identificados com as suas políticas de Inclusão Social, de Sustentabilidade e de Responsabilidade Ambiental.

Essas ações e projetos devem ser sempre implementados em parceria com diversos os segmentos da sociedade pernambucana, com a coordenação de professores e alunos da instituição.

Vale salientar que esses projetos, sob o aspecto pedagógico, devem ter como finalidade substantiva desenvolver no alunado a visão e a compreensão da realidade social na qual está inserido, possibilitando, por conseguinte, uma maior integração entre a Instituição e a comunidade.

Por trás do trabalho de cada professor, em qualquer sala de aula do mundo, estão séculos de reflexões sobre o ofício de ensinar. Mesmo os profissionais de ensino que não conhecem a obra de Aristóteles, Rousseau ou Durkheim trabalham sob a influência desses pensadores, na forma como foi incorporada à prática pedagógica, à organização do sistema escolar, ao conteúdo dos livros didáticos e ao currículo de formação de professores.*

* Abertura da edição “Grandes pensadores: a história do pensamento pedagógico no Ocidente pela obra de seus maiores expoentes” (Revista Nova Escola).

2. PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Localizada no bairro do Carmo que, apesar de fazer parte do Sítio Histórico de Olinda, a FOCCA está cercada por três das mais conhecidas favelas da cidade, quais sejam o “Canal da Malária” e denominadas “V-8” e “V-9”. A partir dessa constatação e consciente dessa realidade social, a FOCCA - FACULDADE DE OLINDA desenvolverá suas ações no sentido contribuir para melhorar as condições gerais de vida da população mediante a oferta de um ensino superior de qualidade, atrelado à implementação de projetos sociais que possibilitem a transformação desse quadro, viabilizando e oportunizando condições para geração de empregos a uma mão-de-obra mais preparada e especializada.

2.1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Concebemos a educação não apenas como um direito inalienável de um povo, mais ainda que um direito social e vital para a produção e o desenvolvimento tecnológico, científico e cultural – o que nos conduz a uma autonomia como nação, sendo então, crucial, para a formação humanística de pessoas autônomas, críticas, éticas, criativas e protagonistas da cidadania.

Pensando na educação como um processo que exige reflexão filosófica, se faz necessário indagar para quais caminhos ela deve ser orientada. Nessa visão, devem-se levar em conta as diferentes situações temporais e principalmente culturais, pois aquelas idéias que se fizeram pertinentes em uma época ou situação pode não sê-la hoje. Assim, para se pensar em uma filosofia que embase o fazer educacional, se faz necessário contextualizá-la em nosso espaço-tempo, considerando a essência do pensamento que se quer implementar sobre a visão de ser humano e de mundo, ou seja, uma linha filosófica.

Seja qual for a corrente do pensamento educacional, subjaz a ela um pensamento filosófico. Se os valores são voltados para o uso de técnicas de controle, para a transmissão do conhecimento ou para o partilhar e construir informações e conhecimentos, vê-se que em cada caso há uma idéia soberana sobre quem é e o que pensa esse educando/pessoa, assim como uma reflexão sobre o mundo no qual está inserido.

Segundo Paulo Freire se a visão é mecanicista a ação educativa pautar-se-á pela domesticação do ser; se a leitura é de um agente transformador a ação educativa seguirá pelo caminho da reflexão e da construção de saberes e fazeres. O filósofo da educação amplia, dessa maneira, as possibilidades do “APRENDER”, a ser visto como um processo permanente de captar e compreender o mundo, de analisá-lo e transformá-lo de acordo com seus usos. Através de desafios e de respostas criativas às novas situações, é que o ser/aprendiz/homem-no-mundo, internaliza, problematiza, reflete e age como agente transformador.

Buscamos, nesse momento, uma semelhança com um outro pensador sobre a condição humana e que enfatiza o conceito de “tendência à atualização”. Carl Rogers (1975), psicólogo e educador lia e entendia a capacidade humana como estando em permanente busca. A consciência da incompletude levaria o ser a atualizar-se, transformar-se, evoluir buscando a si mesmo, a transcender o seu conhecimento. Esses valores estariam, segundo Rogers, permanentemente presentes na vida das pessoas e, a tarefa de um processo educacional integrado, seria o de facilitador, estando voltado para a consecução daqueles objetivos. Permitir o contato do aprendiz com os problemas fundamentais da sua existência para que ele possa distingui-los e buscar soluções para as questões que pretende resolver. Aqui encontramos a humanização.

Segundo Silva (1990), citando Darcy Ribeiro em sua obra - *A universidade necessária*, “o principal objetivo do ensino superior é o desenvolvimento da consciência crítica”. Assim, se a sociedade oprime, se esconde as saídas, se a consciência é manipulada, a universidade deve lutar contra a opressão, contra as injustiças e desenvolver a autonomia do pensamento crítico. Dentro do contexto da universidade não se deve pensar no processo educacional como sendo a domesticação do homem.

Retornamos a Paulo Freire, quando o mesmo aponta para a necessidade da educação exercer a sua função humanizadora, através do processo de derrubar os mitos e substituir a consciência ingênua por uma clareza crítica de análise do mundo e das realidades. É esse o caminho que nos leva a comparar aquela educação chamada de bancária, modelo “cafezinho”, onde a ênfase reside em “despejar conteúdos” e onde o educando, em um processo esquizofrênico, cinde o mundo e imobiliza a criatividade, com a concepção humanística. Nesta vamos encontrar uma relação de troca constante entre o ser e o mundo. A inquietude é

vista como possibilidades de aprendizagem e, principalmente, através de fazeres e saberes problematizadores, leva ao estabelecimento de uma relação dialógica e reflexiva nesse educando, privilegiando e desenvolvendo uma visão de mundo baseada na reflexão/ação. Em síntese, encontramos a maior e mais simples constatação no pensamento do filósofo: a de que as pessoas se educam entre si utilizando o mundo como espaço mediador.

A partir desse refletir surgem questões cruciais. Como pensar a relação entre educação e mundo no espaço-temporal Faculdade de Olinda – FOCCA; Como pensar a relação ensino-aprendizagem e como refletimos sobre o perfil dos nossos educandos e educadores? A primeira indagação encontra ressonância em uma visão institucional voltada para aspectos de conscientização e desenvolvimento de habilidades e potenciais; visão holística da pessoa, com propostas de crescimento integral, abrangendo os aspectos sociais, emocionais, culturais e profissionais, objetivando a atualização permanente das potencialidades humanas. Quanto a questão seguinte identificamos ênfase nos aspectos da liberdade de ensino, na valorização das vivências e experiências de vida, no fortalecimento de laços de confiança e de reciprocidade para maior mediação do processo e, por último, ressaltam-se traços específicos que esse educando deveria construir, juntamente com os seus educadores, objetivando solidificar a essência da relação dialógica: consciência de aprendizado permanente, prática ético-humanística, consciência da importância das trocas relacionais, comprometimento social e ambiental, visão e espírito empreendedores e, claro, ter conhecimento para desenvolver competências técnico-científicas.

Diante desses pontos referenciais, somos levados a avançar em nossa prática reflexiva, surgindo agora uma questão de grande poder: como colocar em prática uma filosofia calcada nos valores acima? Quais os instrumentos que podem servir para a avaliação mediadora deste processo? Como viabilizar e por em prática essas idéias?

2.2 – SOBRE AS MUDANÇAS PARA O EDUCADOR E EDUCANDOS

Refletindo sobre o poder dos mestres encontramos a grande oportunidade para iniciar mudanças, tanto estruturais quanto comportamentais. Têm-se o poder para mudar algo e por que não usá-lo? Alicerçados no pensamento de Freire é que

encetamos os nossos desejos de mudança social. Como educadores podemos contribuir no processo de formação da cidadania protagonista. E tal ação ocorre no dia a dia, o tempo todo. Ser educador é ter e estar em constante avaliação e reavaliação de suas próprias atitudes, propiciando maior flexibilidade para aceitar e compreender o outro ser, em suas capacidades, limitações e idiossincrasias. A sala de aula deixa de ser um espaço circunscrito e passa a ser o mundo. Que significado pode ter essa afirmação? Ora, estar no mundo significa estar interagindo com um processo de mudança constante. Assim, os saberes não apontam verdades imutáveis. Saberes acenam para diferentes maneiras de interpretar um fenômeno. Ao sugerirmos uma avaliação processual, estamos defendendo a idéia de ser, o espaço sala de aula, um verdadeiro laboratório de trocas entre educando/educador e educador/educando, pois todos tendem a crescer nessa troca permanente.

Retornando ao pensamento de Rogers (1975) sobre aprendizagem significativa, também encontramos a participação efetiva das atitudes do educador diante do processo. É a sua postura de aceitação, de compreender os sentimentos, de consideração positiva para com o aprendiz, que atuará como facilitador da relação e do processo de construção de conhecimento.

Compreendemos que, não cabe aqui o modelo do educador onisciente, dotado de todo o saber e, cuja palavra cala os pensamentos dos seus aprendizes, pois estes não sabem pensar e, muito menos, falar. Esse modelo de profissional que, em virtude de seus temores mais profundos na sua relação com o outro, distancia-se das trocas e erige uma barreira invisível, cria um ambiente em torno de si caracterizado pela forte tensão e baixa auto-estima. E isso passa para os alunos. Esse profissional tanto pode ser o tirano, ter postura de distanciamento, frieza ou rigidez ou ser compreensivo, bonzinho, paternalista, e mesmo assim ser gerador de insegurança. Então, não estamos tecendo comentários acerca de ser amigo ou ser distante do(a) aprendiz. É algo mais profundo, mais visceral. Falamos sobre a confiança na capacidade para mudanças, inerente a todo ser humano. Falamos na valorização do prazer em conhecer, em descobrir o novo e em dar nova forma ao que já se conhece, integrando-o a novidade. Apontamos para a participação efetiva do alunado no processo de aprender (movimento que supera a necessidade de controle da presença em sala).

Acreditamos ser necessário descermos do pedestal que a cátedra nos confere e adentramos no mundo de acertos e erros, próprio dos mortais. E, para isso, citamos Hoffmann (1993, p.182-183):

Posturas de aberturas nos grupos de discussões pressupõem, fundamentalmente o respeito aos professores na condução dos trabalhos. Compreendê-los em suas formas de perceber a avaliação através das situações vividas, de sua formação pessoal e profissional. Criticar o professor sobre o que sabe fazer em avaliação é torná-lo resistente á participar das discussões, porque o estaremos criticando pessoalmente, em sua competência, em sua dedicação, negando o seu próprio entendimento do ser competente, construído ao longo de muitos anos de vida. Respeito à sensibilidade do professor significa favorecer oportunidade de trocar idéias e discutir o cotidiano com outros colegas, oportunizar-lhe tempo para reflexão e estudo de forma a repensar suas ações e entendê-las, descobrir-se em dúvida à semelhança da maioria dos professores e capaz de sugerir algumas alternativas próprias já construídas em sua prática.

Inicialmente divisamos uma grande conseqüência de uma avaliação mediadora: a mudança do foco da nota para a construção do conhecimento, para o aprender. Dentro desta óptica, ludibriar, mostrar-se sabotador na hora das avaliações deixa de ser o objetivo deste aprendiz com consciência do seu papel no mundo. Ele não necessita enganar a si mesmo. O educando assume sua voz. Pode expressar e construir um pensamento – ele não é burro. Pode trazê-lo a baila sem ser ridicularizado – ele não é palhaço. Pode aprender com os próprios erros – ele não precisa ser genial. Pode exercer a sua crítica respeitando as diferenças e sabendo lidar com elas. Sendo valorizado e valorizando-se como pessoa, como ser social, o nosso educando será capaz de pensar com criticidade e ética sobre o mundo no qual está interagindo e aprendendo. Como diz Freire (1979), “Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não é possível o diálogo” (FREIRE, 1979).

2.3 – LINHA FILOSÓFICA

Diante do exposto, a linha filosófica adotada pela FOCCA, fundamenta-se nos estudos de Paulo Freire e Carl Rogers, definida como a "solidificação da essência da relação dialógica consubstanciada na consciência de aprendizado permanente e da prática ético-humanística". Nesse sentido, as ações ou atitudes que os docentes da FOCCA devem adotar para que a linha filosófica deva ser seguida, são as seguintes:

- Exercício de um **diálogo autêntico** entre professor e aluno, com estímulos à criação de grupos de discussão, onde seja valorizada a **experiência** trazida pelo **aluno**;
- A **aula** deve ter foco nas constatações da vida real, ou seja, o aprendizado só deve fazer sentido se for resultante do **conhecimento da realidade concreta**;
- Os **conteúdos** devem partir da ação para a compreensão e, desta, novamente à ação, até a síntese; ou seja, deve-se sempre estabelecer a **unidade entre teoria e prática**;
- Qualquer tipo de demonstração de **poder** ou de uso de qualquer forma de **repressão** deve ser **evitado**;
- O processo de **avaliação** do aprendizado não deve ser concebido como um julgamento definitivo e dogmático do professor, mas como uma comprovação para o aluno do seu **progresso** em direção a noções mais sistematizadas;
- Os **exemplos** que fundamentam os conceitos discutidos devem contemplar as **especificidades regionais**, os interesses das **camadas populares** e a **transformação** estrutural da **sociedade brasileira**.

O professor – como sujeito que não apenas reproduz, por ser também sujeito do conhecimento – pode, por meio de uma reflexão crítica, fazer do seu trabalho em sala de aula um espaço de transformação.

IRAÍDE BARREIRO & RAIMUNDA GEBRAN *

* Doutoradas em educação pela Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), respectivamente, e autoras do livro “Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores”, editado pela Avercamp.

3. PRÁTICA PEDAGÓGICA

A prática pedagógica da instituição está construída a partir das reflexões e das diretrizes contidas nos itens a seguir.

3.1 – PROCESSO DE ACESSO E SELEÇÃO DE ALUNOS

De acordo com o regimento interno da instituição o processo de acesso e seleção de alunos para os cursos oferecidos dar-se-ão em duas modalidades:

3.1.1 – Ingresso Regular

O ingresso nos cursos seqüenciais, de graduação, e de pós-graduação, sob qualquer forma, é feito mediante processo seletivo, fixado pela Diretoria. As inscrições para o processo seletivo são abertas em edital, do qual constarão os cursos oferecidos, com as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a relação e o período das provas, testes, entrevistas ou análise de currículo escolar, os critérios de classificação e desempate e demais informações úteis.

A divulgação do edital, pela imprensa, pode ser feita de forma resumida, indicando, todavia, local onde podem ser obtidas as demais informações. No caso do não preenchimento das vagas oferecidas, poderá à Faculdade realizar novo processo seletivo.

3.1.2 – Ingresso Mediante Transferências

Ocorrendo vaga ao longo do curso, pode ser concedida a aluno graduado ou transferido de curso superior de instituição congênere, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de estudos do mesmo ou curso afim, respeitada a legislação em vigor e classificação em processo seletivo.

Quando da ocorrência de vagas, pode ser concedida a matrícula avulsa em disciplinas, de curso de graduação ou pós-graduação, a alunos não regulares, que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, após processo seletivo prévio, integrando ou não cursos seqüenciais. A aceitação de transferência de ofício não

está sujeita à existência de vagas. A matrícula de graduados ou de transferidos sujeita-se, ainda:

- Ao cumprimento dos prazos fixados e em normas específicas emanadas da Direção ou dos Conselhos;
- A requerimento, instruído, no que couber, com documentação fixada pela Direção, além do histórico escolar do curso de origem, programas e cargas horárias das disciplinas nele cursadas, com os conceitos ou notas obtidos.
- Na hipótese de transferência facultativa, a expedição das guias respectivas ficará condicionada à apresentação de declaração de vaga emitida pelo estabelecimento de destino;
- Autorização com parecer prévio da Direção.

3.1.3 - Portadores de Diplomas

Alunos portadores de diplomas também são aceitos na instituição, devendo para isso submeterem seu histórico acadêmico às respectivas coordenações de curso para a devida análise e indicação dos mecanismos de acesso.

3.2 – AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

A avaliação do trabalho dos docentes da FOCCA será realizada simultaneamente pelo aluno, pelo coordenador, pela instituição e por ele mesmo. A cada semestre, o aluno tem a oportunidade de avaliar o desempenho de seus professores considerando, entre outros, os seguintes aspectos: A pontualidade e a assiduidade do docente; O planejamento e discussão do conteúdo programático; O relacionamento pessoal com os alunos da turma; O nível de domínio e conhecimento da matéria que leciona. Para cumprir essa tarefa, cada aluno responde a um questionário disponibilizado no portal da instituição (internet), no qual atribui notas que variam de zero a dez para os seguintes itens: Pontualidade e assiduidade; Apresenta e segue o programa; Clareza, objetividade e didática; Relacionamento com os alunos; Dinâmica e criatividade das aulas; Associação da teoria com a prática; Sistemática de avaliação; Conhecimento dos conteúdos; Métodos para motivar o aluno; Interesse pelo aprendizado do aluno.

Também a cada semestre, o coordenador tem a oportunidade de avaliar o desempenho dos professores sob sua coordenação considerando, entre outros, os seguintes aspectos: Planejamento de aulas (entrega pontual do plano de ensino); A pontualidade e a assiduidade do docente; Compromisso para com o curso; Postura na administração de conflitos; Participação nos eventos do curso; Nível de atualização em sua área de especialização. Para cumprir essa tarefa, cada coordenador responde a um questionário disponibilizado no portal da instituição (internet), no qual atribui notas que variam de zero a dez para os seguintes itens: Pontualidade e assiduidade; Planejamento das aulas; Cumprimento dos conteúdos; Administração de conflitos; Participação em eventos do curso; Participação em eventos institucionais; Abertura a críticas e sugestões; Produção científica; Atualização (participação em congressos e afins); Relacionamento com colegas (outros docentes).

Da mesma forma, a cada semestre, o docente tem a oportunidade de autoavaliar-se considerando, entre outros, os seguintes aspectos: Planejamento de aulas (entrega pontual do plano de ensino); A pontualidade e a assiduidade do docente; Compromisso para com o curso; Participação nos eventos do curso; Nível de atualização em sua área de especialização. Para cumprir essa tarefa, cada professor responde a um questionário disponibilizado no portal da instituição (internet), no qual atribuirá notas que variam de zero a dez para os seguintes itens de seu desempenho: Pontualidade e assiduidade; Planejamento das aulas; Cumprimento dos conteúdos; Relacionamento com os alunos; Participação em eventos do curso; Participação em eventos institucionais; Abertura a críticas e sugestões; Produção científica; Atualização (participação em congressos e afins); Relacionamento com colegas (outros docentes).

Por outro lado, no mesmo semestre, o departamento de pessoal faz uma avaliação do desempenho individual do professor considerando os seguintes aspectos, conforme previsto no Plano de Carreira: Participação em projetos; Atuação na docência; Produção científica; Reconhecimento técnico; Orientações monográficas.

O processo de avaliação tem impacto fundamental no andamento das atividades acadêmicas uma vez que a autoavaliação condiciona o fechamento do semestre e a avaliação do aluno condiciona a matrícula no semestre seguinte. De fundamental importância, os resultados das avaliações devem ser entregues

individualmente e de forma reserva a cada docente, que tem um prazo para esclarecer eventuais discordâncias.

3.3 – SELEÇÃO DE CONTEÚDOS E ELABORAÇÃO DOS CURRÍCULOS

Tomando como referências as Diretrizes Curriculares Nacionais para cada curso, os conteúdos para elaboração dos currículos são selecionados levando-se em consideração as especificidades de cada curso, em torno das quais se articulam as dimensões a serem trabalhadas na formação profissional e direcionam o tipo de atividade a ser transmitida. Esses conteúdos procuram enfatizar os aspectos da cidadania e da inserção social do egresso, de sorte que cada estudante formado pela FOCCA deverá destacar-se no mercado de trabalho não apenas pela sua qualificação técnica, mas pelo diferencial do senso de responsabilidade social e pela postura ética frente aos desafios do mercado de trabalho.

Por aceitar esses pressupostos e concordar com as diretrizes curriculares acima referidas, a FOCCA busca, através da harmonização dos conteúdos programáticos e do encadeamento das disciplinas no currículo e, fundamentalmente, das ações pedagógicas desenvolvidas ao longo dos semestres de integralização de cada curso, dotar cada aluno de conhecimentos e experiências que lhe assegurem as competências e habilidades gerais necessárias para o exercício da profissão escolhida.

3.4 – PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

As diversas concepções psicopedagógicas apontam para processos avaliativos diferentes, pois que, a cada lógica corresponde uma maneira de analisar a produção do aprendiz e, ainda é possível apontar que, a cada forma de análise subjaz uma visão e uma expectativa acerca das atitudes e comportamentos desse aluno.

De acordo com Luckesi (1994), parafraseando Paulo Freire, encontramos duas grandes pedagogias ou dois grandes grupos de ação. De um lado o modelo tradicional, modelador, dirigido para a construção de um pensamento conservador, resquícios de uma pedagogia mantenedora do processo de cristalização social. Nela

encontramos como características marcantes as ações centradas nos resultados das provas e exames;

- Alunos preocupados com o modo como serão avaliados;
- Alunos com alto nível de estresse com a proximidade das avaliações;
- Professores preocupados em impedir a fila ou cola, em uma medição de forças com o alunado;
- Alunos tentando driblar a fiscalização para, através da fila ou cola, atingir o padrão esperado, mesmo não sendo verdadeiro.
- Utilização das notas aferidas para classificar os “bons” e os “maus”;
- Sistema de provas voltado para reprovar.

Aponta-se ainda a prática de utilização de notas como gratificação positiva ou negativa, barganhando-se comportamentos ou atitudes, como em um mercado negro do saber. Em alguns momentos chega-se até a retirar pontos quando o aluno não se comporta dentro do modelo esperado.

Do outro lado vemos a preocupação com a construção de um pensamento crítico, avaliativo, formando uma consciência de agente ativo diante do mundo e não mero objeto de ajustamento. Neste grupo encontramos a consciência humanizadora com a visão de que o foco da educação não é a instrumentalização do educando, mas a formação da pessoa completa, através da dialética e da interação, objetivando as capacidades para romper com os modelos sociais conservadores, ou seja, educação como agente de mudanças.

Na perspectiva de romper com o primeiro modelo e evoluir para a construção, através da participação do corpo docente, de um modelo promotor de mudanças tanto no educando como em nós, educadores, a FOCCA viabilizou espaço para a discussão de um novo processo avaliativo.

Partiremos, inicialmente, do que existe hoje na instituição. Atualmente a relação educando/educador dá-se no espaço sala de aula e o processo avaliativo é quase sempre centrado em uma semana (de provas), determinada pela coordenação, que também determina os dias de execução das provas e a data de entrega das avaliações. Se o(a) aluno(a) faltar a uma das provas, terá direito a

segunda chamada, também definida pela coordenação dos cursos. O professor não opina neste processo que ocorre independente do seu conteúdo programático.

Somos levados a acreditar, através da nossa prática e de comprovações teóricas embasadas em Saviani, Luckesi e Hoffmann, entre outros teóricos, que a semana que antecede as provas é marcada por grande frenesi por parte do alunado, com elevação do nível de estresse, nervosismo e ansiedade, que alcançam o ponto máximo no dia das avaliações. Como sabemos muitos estudantes não conseguem “render o esperado” em decorrência desses fatores emocionais. Após essa batalha, vivencia-se certo esvaziamento do espaço sala de aula, como se com objetivo já alcançado (nota) os guerreiros seguissem para o merecido descanso.

Nossa proposta inicial foca na eliminação das semanas de provas. Centrando o processo avaliativo em uma proposta de mediação do conhecimento, acreditamos que ele vá ocorrendo a cada encontro, a cada produção e, dentro desta perspectiva, o espaço sala de aula não deve se constituir em um ringue de luta livre, de dominação do poder, mas em um espaço de construção do conhecimento através da interação aluno(a)/professor(a). Sugerimos que as coordenações de curso demarquem o período de entregas das avaliações parciais (1º e 2º unidade) para que se possa seguir para a avaliação final. Algumas indagações são pertinentes, como:

- Como proceder com uma avaliação permanente quando lidamos com grupos grandes de aprendizes?
- Como fazer com “aquele que nada quer” com a disciplina em questão?
- Como lidar com o imaginário do alunado que não conhece outra forma de ser avaliado sem a prova? E como ele vai burlar o conhecimento?
- Como manter o espaço sala de aula funcionando sem os “controles” com os quais estávamos acostumados até então?

Essas e outras questões irão habitar nossas fantasias, mas acreditamos que o trabalho em grupo, educando-educadores, irá conseguir trilhar um novo rumo enfrentando os desafios, na medida em que eles surgirem.

Na prática, em síntese, o aproveitamento escolar é avaliado mediante verificações parciais, durante o período letivo, eventual exame final de primeira

época e segunda época, expressando-se, o resultado de cada avaliação, em notas de 0 (zero) a 10 (dez).

3.5 – APOIO PSICOPEDAGÓGICO

Como suporte à prática pedagógica, a FOCCA deve disponibilizar ao seu corpo discente e docente um serviço de apoio psicopedagógico, de tal forma a construir um espaço de identificação das dificuldades de aprendizagem do aluno, sejam essas dificuldades tanto de ordem institucional quanto de ordem pessoal.

3.6 – ATIVIDADES PRÁTICAS COMPLEMENTARES

As atividades complementares a ser desenvolvidas pelos alunos estão previstas nos Projetos Pedagógicos (PPC) de todos os cursos ofertados pela FOCCA. São consideradas Atividades Complementares as experiências adquiridas pelos acadêmicos durante o curso em espaços diversos, incluindo-se instituições de ensino, empresas públicas ou privadas, espaços de vivência sociocultural ou na própria FOCCA – Faculdade de Olinda, propiciando a ampliação e complementação da formação para a futura atuação profissional. Serão aproveitadas as Atividades Complementares que tenham sido realizadas a partir da data de ingresso do acadêmico no curso, desde que estejam de acordo com o disposto nos regulamentos específicos de cada curso. As Atividades Complementares podem ser realizadas inclusive durante o recesso e as férias escolares, desde que respeitado também o disposto nos regulamentos sobre o assunto em cada PPC.

3.7 – PERFIL DESEJADO PARA OS EGRESSOS

Qualquer que seja o curso frequentado e concluído, o aluno egresso da FOCCA deverá identificar-se com a contemporaneidade do mundo; ter visão prospectiva na resolução de problemas; preservar os valores morais e éticos da humanidade; ter espírito empreendedor na área do conhecimento abraçada; e contribuir, nos limites de sua formação, para o desenvolvimento do Brasil.

Políticas de atuação são regras que orientam os comportamentos e os procedimentos de uma instituição. Trata-se de uma postura estratégica que significa, em outras palavras, a arte de governar e de definir prioridades.

HUMBERTO MARQUES DE CARVALHO *

* Entre o final dos anos 90 e início dos anos 2000 prestou assessoramento pedagógico à FOCCA, sendo um dos responsáveis pela implantação do primeiro curso de pós-graduação *lato sensu* da instituição, denominado “Gestão Estratégica de Recursos Humanos”.

4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Os procedimentos gerais que direcionam o relacionamento e a operacionalidade das áreas primordiais da FOCCA estão explicitados nos itens a seguir.

4.1 – POLÍTICA DE GESTÃO

A FOCCA - FACULDADE DE OLINDA é uma instituição de ensino superior identificada com os ideais da educação regional e, por conseguinte, suas ações estratégicas e operacionais, como uma empresa privada, estão direcionadas no sentido de assumir, perante a sociedade pernambucana, quatro compromissos básicos:

- Garantir que a missão e os valores organizacionais sejam alcançados e perseguidos, de modo a promover o crescimento da região e das pessoas integradas ou de alguma forma beneficiadas pela instituição;
- Exercer uma administração transparente, promovendo os princípios da ética e do desenvolvimento da cultura em geral;
- Estimular diuturnamente, seja no âmbito interno, seja no âmbito externo, atividades que conduzam à prática da responsabilidade e da sensibilidade sociais;
- Buscar a eficácia administrativa, de modo a garantir aos seus sócios-proprietários o retorno adequado dos investimentos realizados.

Essa política de gestão deverá ter o apoio de colegiados específicos, compostos por docentes e alunos – COLEGIADOS DE CURSOS, e apenas por docentes – NÚCLEOS DOCENTES ESTRUTURANTES.

4.2 – POLÍTICA DE ENSINO

Com base nos compromissos anteriormente descritos, as políticas de ensino adotadas pela FOCCA - FACULDADE DE OLINDA devem estar assentadas em três pilares:

- Valorização da experiência do aluno: procedimentos que sejam coerentes com a realidade do educando;
- Qualidade do ensino: práticas que visem estabelecer confiança e atratividade, de modo a garantir a satisfação plena dos atores do processo educacional (professor e aluno);
- Busca da inovação: empenho para que se possa responder rapidamente às exigências da sociedade, em função das novas descobertas e avanços tecnológicos.

4.3 – POLÍTICA DE ESTÁGIO E DA PRÁTICA PROFISSIONAL

Através de núcleo específico, a FOCCA deverá oferecer ao seu corpo discente um serviço de estágio supervisionado, cuja proposta principal é fomentar a prática profissional e ampliar às oportunidades para o ingresso do aluno no mercado de trabalho. Esse serviço de apoio pedagógico tem, entre outros, os seguintes objetivos: Traçar o perfil do aluno FOCCA; e Ampliar o quadro das empresas conveniadas através de um plano estratégico de Relações Públicas entre a Instituição e a Empresa, facilitando o ingresso do aluno da FOCCA no mercado de trabalho. Assim, o aluno terá acesso ao estágio através do contato direto Instituição – Empresa; Oferecer oportunidades de trabalho através das Agências de Estágio; Divulgar a seleção dos alunos para preenchimento das vagas anunciadas; Acompanhar o aluno em todas as etapas do processo, desde a seleção até o encaminhamento e avaliação do estágio através de um supervisão constante; Prestar serviços de orientação de como estruturar um currículo ao se apresentar numa entrevista, bem como todas as orientações e direcionamentos necessários para sua prática de estágio; e Atuar em parceria com o núcleo de apoio psicopedagógico da instituição, promovendo palestras e treinamentos para melhorar o desempenho em público de todos os alunos interessados.

4.4 – POLÍTICA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E DE EXTENSÃO

Apesar da limitação de meios e recursos, a FOCCA tem como um dos seus princípios incentivar as práticas de pesquisa e extensão. Para isso, núcleos específicos deverão cumprir os seguintes objetivos fundamentais:

- Apoiar alunos e professores na iniciação em pesquisas;
- Estimular intercâmbios, mediante convênios, para alunos e professores com entidades no Brasil e no Exterior;
- Editar e publicar a revista científica da instituição;
- Estabelecer relacionamento com os egressos.

Particularmente, as atividades extensionistas são incentivadas como complemento básico de cada disciplina e estão calcadas nas seguintes premissas:

- Como um eixo de integração e desenvolvimento erigido entre Comunidade e Faculdade.
- Definição da vocação extensionista da Faculdade, afirmando a sua missão e o seu compromisso com o social.
- Prioridade no atendimento às demandas da comunidade que estejam alinhadas com o eixo temático priorizado pelos diversos cursos.

4.5 – POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE

O corpo docente da FOCCA é constituído por todos os professores efetivos da instituição, valorizados conforme as seguintes diretrizes:

4.5.1 – Critérios de Seleção e Contratação

Os professores serão contratados pela mantenedora, por indicação da Diretoria da Faculdade, segundo o regime das leis trabalhistas e na forma prevista no plano de carreira docente. A título eventual e por tempo estritamente determinado, a Faculdade pode dispor da contratação de professores visitantes ou colaboradores.

A admissão de professor será feita mediante seleção, procedida pela coordenação do curso a que pertença a disciplina, e homologada pelo diretor da faculdade, observados os seguintes critérios:

- Além da idoneidade moral do candidato, são considerados seus títulos acadêmicos, científicos, didáticos e profissionais, relacionados com a disciplina a ser por ele lecionada;
- Constitui requisito básico o diploma de graduação ou pós-graduação, correspondente a curso que inclua, em nível não inferior de complexidade, matéria idêntica ou afim àquela a ser lecionada.

Todos os professores contratados pela FOCCA - FACULDADE DE OLINDA serão submetidos a uma banca de avaliação, formada por, no mínimo, três professores de áreas específicas e da área de contratação, visando a seleção do melhor candidato e evitando contratações baseadas meramente em escolhas ou indicações pessoais.

Em linhas gerais, a contratação de docentes obedece aos seguintes procedimentos:

- Aqueles docentes que comprovarem notório saber ou que já pertençam ao quadro de instituições coirmãs ficam dispensados da banca de seleção;
- Aqueles docentes que não atendam a um dos requisitos acima deverão apresentar para a banca organizada pela Coordenação do Curso um tema de sua livre escolha, desde que relacionado à disciplina à qual está se candidatando;
- Para ser aprovado, o candidato terá que obter a maioria dos votos da banca, expressos em formulário padronizado que retrata os requisitos exigidos para a contratação;
- Os resultados da banca serão submetidos à diretoria da instituição que, em conjunto com a Coordenação Acadêmica, acatará ou não a decisão da banca;
- No caso de resultado desfavorável ao candidato, seja proveniente da banca, seja proveniente da diretoria, caberá ao coordenador do curso

comunicar ao professor a decisão tomada, tomando o cuidado de construir as bases de um relacionamento futuro, aventando as possibilidades de contratação em outras circunstâncias e oportunidades;

- Após a conclusão do processo de seleção e aprovação dos resultados, o professor será contratado pela instituição, de acordo com o regime previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, devendo ser esse procedimento burocrático de responsabilidade do departamento de pessoal, a partir das informações repassadas pelo coordenador do curso para o qual o docente, em princípio ingressará. Essas informações constarão basicamente de documentos pessoais e currículo atualizado.

4.5.2 – Qualificação, Carreira e Regime de Trabalho

A FOCCA - FACULDADE DE OLINDA tem por princípio oferecer ao seu corpo docente as melhores condições possíveis de trabalho para que cada profissional possa exercer sua função com dedicação e prazer. Desse modo, ao mesmo tempo em que exige um comprometimento com o regime de trabalho, proporciona oportunidades de crescimento mediante o estabelecimento de um plano de carreira moderno e de estímulos concretos à prática docente.

As informações relativas à carga horária semanal de trabalho dos professores restringem-se ao período de dedicação nos cursos em que lecionam, mas grande parte dedica entre 30 e 40 horas semanais à instituição, haja vista que tais professores, além de ministrarem aulas nos cursos da faculdade, também atuam na área administrativa.

Com finalidade de oferecer condições de crescimento e de incentivo profissional ao seu corpo docente a FOCCA - FACULDADE DE OLINDA possui um plano de carreira que instituiu a Carreira Única do Magistério da instituição, aprovado pela Mantenedora desde junho de 1999 e que estabelece as seguintes diretrizes:

Cargos, Funções e Níveis

- Professor Titular
- Professor Assistente
- Professor Auxiliar

Promoções

- É promovido ao cargo de Professor Assistente o Professor Auxiliar: após o interstício mínimo de dois anos em cada nível do cargo de Professor Auxiliar, totalizando oito anos: após defesa de tese de mestrado com aprovação, mantendo-se o mesmo nível.
- É promovido ao cargo de Professor Titular: o Professor Assistente, que cumprir dois anos em cada nível, totalizando oito anos no cargo; o professor auxiliar ou assistente que comprovar a obtenção de título de Doutor, mantendo-se o mesmo nível; que tenha cumprido um prazo mínimo de dois anos de efetivo serviço na Instituição e desde que comprovada a existência de vaga.

Regime de Trabalho

- Tempo integral - é enquadrado neste regime todo docente que cumpre uma carga horária de 40 horas semanais, distribuída ou não nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, gestão acadêmica ou administrativa;
- Tempo parcial - é enquadrado neste regime todo docente que cumpre uma carga horária entre 20 e 30 horas semanais, distribuída ou não nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, gestão acadêmica ou administrativa;
- Especial – é enquadrado neste regime todo docente que cumpre uma carga horária inferior a 20 horas semanais, em atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão.

Carga Horária, Remuneração e Benefícios

- Cabe a cada curso distribuir a carga horária de suas disciplinas, tendo em vista o melhor rendimento do ensino e da pesquisa;
- A remuneração e benefícios dos professores estão definidos no regimento da instituição.

Incentivos à Capacitação e Processo de Avaliação do Docente

- A capacitação docente compreende a realização de pós-graduação “stricto sensu”, “lato sensu” e atividades de atualização e desenvolvimento na forma do Plano de Capacitação que deve prever:
 - Afastamento parcial das atividades acadêmicas com a manutenção de todas as vantagens e benefícios da carreira para professores que estejam cursando mestrado ou doutorado;
 - Auxílio constituído de bolsa e ajuda de custo.
- O Plano de Capacitação Docente integra a política de treinamento e desenvolvimento da Instituição e prevê os seguintes procedimentos:
 - Encaminhamento obrigatório das solicitações de licença para capacitação de docentes pela Instituição a Mantenedora;
 - Redução de atividades de pesquisa e extensão durante a realização do curso:
 - Compromisso de permanência do docente no Curso após a conclusão do curso, por tempo igual ao do afastamento, sob pena de ressarcimento à Instituição dos valores percebidos no período do curso, como bolsa ou ajuda de custo;
 - Obrigatoriedade de apresentação de relatórios semestrais com visto do orientador ou coordenador de curso, durante todo o período de afastamento.
- O orçamento para capacitação Docente será estabelecido anualmente pela Mantenedora da FOCCA – Faculdade de Olinda.
- O tempo de afastamento parcial para atividades de capacitação é de:
 - 24 meses para mestrado;
 - 36 meses para doutorado.
- Os prazos estabelecidos acima podem ter uma prorrogação não superior a 12 (doze) meses, desde que aprovada pela Mantenedora.
- Todo docente tem seu desempenho avaliado anualmente, conforme diretrizes e instrumentos aprovados pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - CEPE.

Política Continuada dos Professores para a Disciplina de LIBRAS

Especificamente, para os docentes da disciplina de LIBRAS a instituição financia a participação em congressos e eventos afins, a exemplo do Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras, além de cursos de reciclagem para esses professores, a exemplo dos ofertados pela Associação de Surdos de Pernambuco (ASSPE).

4.6 – POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

As principais orientações para o processo de seleção, contratação e desenvolvimento do pessoal técnico-administrativo são as seguintes:

4.6.1 – Critérios de Seleção e de Contratação

Os servidores não-docentes são contratados sob o regime da legislação trabalhista, estando sujeitos, ainda, ao disposto no Regimento e nas demais normas expedidas pelos órgãos da administração superior da Faculdade.

4.6.2 – Qualificação, Carreira e Regime de Trabalho

A Faculdade zela pela manutenção de padrões de recrutamento e condições de trabalho condizentes com a sua natureza e legislação trabalhista, bem como por oferecer oportunidades de aperfeiçoamento técnico-profissional a seus empregados, procurando manter vínculo consultoria especializada em recursos humanos para promover a capacitação do seu pessoal técnico-administrativo de acordo com as necessidades pontualmente assinaladas, entre as quais destacam-se: Relacionamento Interpessoal; Atendimento de Qualidade; e Atualização Tecnológica.

Por outro lado, a FOCCA - FACULDADE DE OLINDA tem facilitado o ingresso de seus colaboradores nos diversos cursos oferecidos pela instituição, mediante bolsas de estudo.

4.7 – POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE E DE INCLUSÃO SOCIAL

Em respeito às pessoas possuidoras de necessidades especiais e de acordo com a visão e a prática humanística da instituição, bem como o disposto nas legislações específicas, a FOCCA adotará como política medidas que permitem a acessibilidade às suas dependências pela comunidade acadêmica e também que favorecem à inclusão social, conforme a seguir se explicita:

- Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, (CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003): Instalação de corrimão de alumínio em todos os acessos de escadas; Instalação de antiderrapante emborrachado em todas as escadas e rampas em cerâmica; Construção de rampas de acesso em todas as dependências; Instalação de plataforma de acessibilidade, ligando o pavimento térreo ao pavimento superior (acesso ao auditório e salas de aula); Instalação de câmaras de segurança em todas as salas de aula, dependências de acesso público e pátio interno; instalação de caminhos tácticos para deficientes visuais.
- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012): orientações e/ou capacitações junto ao corpo docente, no sentido do mesmo se qualificar, cada vez mais, nas questões da inserção do "aluno com necessidades especiais"; orientação aos docentes, para que, quando os mesmos perceberem alguma indicação de aluno com provável transtorno, informarem imediatamente e formalmente, à psicóloga coordenadora do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NPP). Desta forma, a psicóloga entrará em seguida, em contato, não apenas com o aluno como também seus familiares e ou responsáveis, objetivando confirmar-se ou não a suspeita percebida pelo docente. A psicóloga solicita a apresentação do diagnóstico médico, confirmando tratar-se o aluno de portador da síndrome do transtorno do espectro autista. Caso se tenha tal confirmação, a psicóloga e coordenadora do NPP promoverá as ações e orientações necessárias à garantia do atendimento aos direitos desse aluno na faculdade conforme se estabelece a lei.

- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena (Lei N° 9.394/96, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N° 3/2004): introdução, através de disciplinas específicas e de disciplinas de conteúdos transversais e complementares, de componentes integrantes de todas as matrizes curriculares dos cursos de graduação e de pós-graduação, descritas nos respectivos projetos pedagógicos de cursos, para atender da melhor maneira possível e integralmente, as diretrizes nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, nos termos da legislação vigente.
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP N° 8/2012, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012): instituir, através de disciplinas específicas e de disciplinas de conteúdos transversais e complementares, componentes integrantes de todas as matrizes curriculares dos cursos de graduação e de pós-graduação, descritas nos respectivos projetos pedagógicos de cursos, de forma a atender da melhor maneira possível e integralmente, as diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos, conforme disposto na legislação em vigor.

4.8 – POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A FOCCA - FACULDADE DE OLINDA adotará suas políticas de educação ambiental, conforme disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP N° 2/2012. Na Faculdade a educação ambiental é uma atividade de cunho institucional e transversal, ou seja, anualmente são desenvolvidos eventos que envolvem todos os cursos da instituição. Esses eventos são realizados em formas de palestras, seminários e capacitações que abordam temas sobre o meio ambiente, desenvolvimento sustentável, políticas ambientais, educação ambiental e o papel de cada curso de graduação ofertado pela IES nesse processo. A integração dos cursos de graduação da FOCCA com as políticas de educação ambiental acontece também por meio de conteúdos ministrados em disciplinas cuja temática é abordada, e também se estimula nos alunos que estiverem cursando estas

disciplinas, a oportunidade de fazerem parte da equipe responsável pelos eventos e programas direcionados ao meio ambiente. Além disso, em relação ao Meio Ambiente, a FOCCA desenvolve projetos extensionistas que visam sensibilizar as comunidades do entorno quanto à conservação do Meio Ambiente, através de palestras, trabalhos em grupo, oficinas e trabalhos de mutirão em escolas, associações.

4.9 – POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

Objetivando manter um permanente contato com seus ex-alunos, a FOCCA deve adotar as seguintes estratégias e ações:

- Oferecer apoio técnico e logístico para criação e instalação de uma associação de ex-alunos;
- Homenagear ex-alunos, nas Semanas de seus respectivos cursos concluídos na instituição, conforme se destaquem na sua área profissional;
- Disponibilizar espaço para apresentação de trabalhos nos eventos de divulgação de atividades extensionistas;
- Disponibilizar espaço para exposição das empresas de ex-alunos nos eventos promovidos pela instituição;
- Conceder descontos nas mensalidades dos cursos de graduação, pós-graduação e de extensão ofertados pela faculdade;
- Manter no site oficial da instituição um *link* para que o aluno egresso mantenha os seus dados pessoais atualizados, bem como envie mensagens sobre suas atividades profissionais e/ou esclareça eventuais dúvidas acadêmicas;
- Aplicar periodicamente pesquisa referente a situação profissional do egresso;
- Enviar malas-diretas ao egresso sobre os eventos promovidos pela instituição.

O objetivo da avaliação institucional é sempre, de um lado, externamente à melhoria da qualidade dos serviços prestados pela instituição e, de outro, internamente à melhoria das relações sociais, humanas e interpessoais e ao aperfeiçoamento continuado dos seus integrantes. Por isso, deve-se partir de um diagnóstico, de auto-retrato, do autoconhecimento.

MOACIR GADOTTI *

* Educador brasileiro, doutor em educação e presidente do Instituto Paulo Freire. A citação consta de “Perspectivas atuais da educação” (Artmed) – um dos seus trinta e dois livros escritos.

5. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A partir de maio de 2004, amparada na lei 10.861, de 14.04.2004, que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a FOCCA instalou a sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), cuja constituição, níveis de atuação e de responsabilidade bem como metodologia de trabalho são as seguintes:

5.1 – CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da FOCCA, foi criada pela Portaria Presidencial nº 05/2004, de 21 de maio de 2004.

De acordo com o regulamento da CPA da FOCCA, aprovado pela acima referenciada, os membros que a compõem representam a direção, a coordenação de cursos, o corpo docente, o corpo discente, a sociedade civil organizada, e a entidade mantenedora da instituição.

Por outro lado, ainda de acordo com seu regulamento, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), da FOCCA, possui as seguintes atribuições básicas, além daquelas que a lei lhe confere:

- Propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos internos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;
- Estabelecer diretrizes e indicadores para organização dos processos internos de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações à direção superior da FOCCA;
- Acompanhar permanentemente e avaliar, anualmente, o Plano de Desenvolvimento Institucional, propondo alterações ou correções, quando for o caso;
- Acompanhar os processos de avaliação desenvolvidos pelo Ministério da Educação, realizando estudos sobre os relatórios avaliativos institucionais e dos cursos ministrados pela FOCCA;
- Formular propostas para a melhoria da qualidade do ensino desenvolvido pela FOCCA, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos internos de avaliação e nas avaliações realizadas pelo Ministério da Educação;

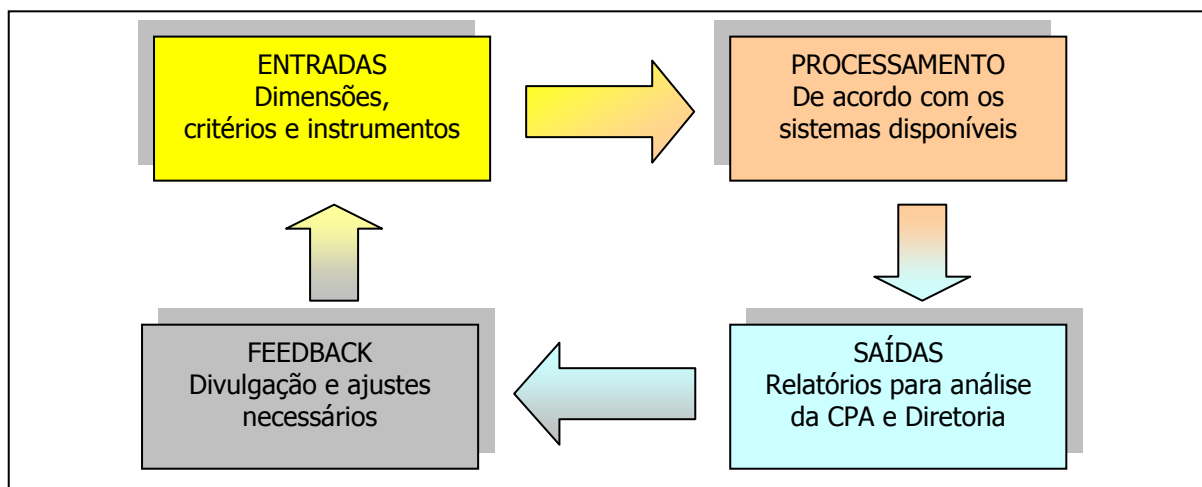
- Articular-se com as comissões próprias de avaliação das demais IES integrantes do Sistema Federal de Ensino e com a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação, observando o perfil institucional da FOCCA.
- Submeter, até 30 de janeiro, à aprovação da Diretoria, o relatório de atividades do ano findo;
- Realizar reuniões ordinárias trimestrais e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Diretor.

5.2 – METODOLOGIA DE TRABALHO

A CPA da FOCCA, regulamentada conforme o item 5.1 anterior, funciona no ambiente interno da instituição, a partir do momento de sua convocação, no início de cada semestre, antes do começo das aulas, tendo por finalidade analisar os resultados da avaliação do semestre anterior, com vistas a sua divulgação e apresentação de propostas para os ajustes necessários, o que consubstancia o sistema de avaliação, sintetizado em quatro grandes etapas, quais sejam (Ver figura a seguir):

- Definir as entradas do sistema;
- Acompanhar o processamento dos dados;
- Definir as saídas do sistema, e
- Divulgar os resultados.

MACROETAPAS DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA FOCCA



A CPA deverá reunir-se, também, por ocasião das visitas das comissões externas designadas pelo MEC/INEP/CONAES, ou a qualquer tempo, conforme seja convocada. O quadro a seguir resume os períodos de reunião da CPA, bem como as tarefas que deve desempenhar nesses momentos.

PERÍODOS DE REUNIÃO DA CPA

PERÍODOS	TAREFAS
Início de cada semestre	<ul style="list-style-type: none"> • Adequar instrumentos (questionários etc) • Aplicar avaliações
No fim de cada semestre	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar os resultados da avaliação do semestre anterior; • Divulgar os resultados da avaliação; • Propor correções e modificações.
Durante as visitas das Comissões Externas	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar as atividades das comissões externas; • Prestar esclarecimentos.
Nas convocações extraordinárias	<ul style="list-style-type: none"> • Efetuar atividades pontuais.

5.3 – FLUXO DAS ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação institucional da FOCCA está estruturado burocraticamente em dois eixos de atividades.

O primeiro eixo diz respeito à avaliação realizada semestralmente por todos os professores da instituição e por uma amostra significativa de alunos, uma vez que os questionários de avaliação são disponibilizados uma ou duas semanas antes da realização das provas de cada Unidade – período em que se percebe um aumento natural da frequência discente. Esse processo de avaliação institucional realizado semestralmente pelos coordenadores, docentes, funcionários, alunos, ex-alunos e representantes da sociedade civil obedece a determinados procedimentos pré-determinados visando a facilitar os sujeitos envolvidos na enquete, conforme a seguir discriminado e resumido:

1º Passo: Disponibilização, na *Home Page* institucional (portal online do aluno, professor e funcionário), dos questionários a serem respondidos, conforme calendário acadêmico;

2º Passo: Processamento eletrônico dos dados e emissão dos relatórios;

3º Passo: Análise dos relatórios por parte da equipe da CPA;

4º Passo: Análise das demandas da OUVIDORIA, no que couber;

5º Passo: Elaboração, pela CPA, do relatório de autoavaliação do semestre para encaminhamento à direção da faculdade e posterior envio ao MEC.

O segundo eixo diz respeito à parceria entre a CPA e Ouvidoria. Periodicamente, por ocasião da elaboração dos relatórios da Ouvidoria, o presidente da CPA tem acento garantido para contribuir não apenas na confecção do documento, mas, principalmente, tomar conhecimento de que as mensagens que implicam na necessidade de melhorar a qualidade dos serviços tenham sido encaminhadas à Comissão em tempo hábil, mesmo quando as soluções cabíveis já tenham sido efetuadas. A prática da parceria entre a CPA e a Ouvidoria, no caso da FOCCA, tem se mostrado um mecanismo para medir, detectar, perceber e analisar o nível de desenvolvimento dos atores e dos aspectos institucionais, possibilitando o controle das dificuldades observadas e viabilizando a superação das mesmas, que deverão ser repensadas a partir de um constante (re)planejamento de ações

corretivas que envolvem os mais diversos setores da instituição, solicitados a funcionar de forma harmônica. Além disso, as mensagens provenientes do público externo, pela Ouvidoria, quase sempre solicitando informações sobre seus cursos, tornam-se indicadores de como a comunidade do entorno enxerga uma instituição com mais de quatro décadas de ensino universitário, medindo de certa forma o nível de sua imagem institucional - vertente que só seria identificada mediante pesquisas de mercado que, via de regra, são extremamente custosas.

Após a avaliação de cada semestre, a CPA e a diretoria da instituição reúnem-se para analisar os resultados, considerar os ajustes que devem ser realizados, os seja, adotar providências para solucionar os pontos negativos, bem como exaltar da melhor forma possível os pontos assinalados como positivos pela comunidade acadêmica. Periodicamente, a CPA estabelece uma comparação entre as perguntas do Questionário Socioeconômico do ENADE e as perguntas dos Questionários de Avaliação do Aluno disponibilizados pela CPA a fim de verificar quais delas são comuns e estão efetivamente contempladas autoavaliação, bem como para sugerir ações corretivas para os próximos semestres.

5.4 – DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

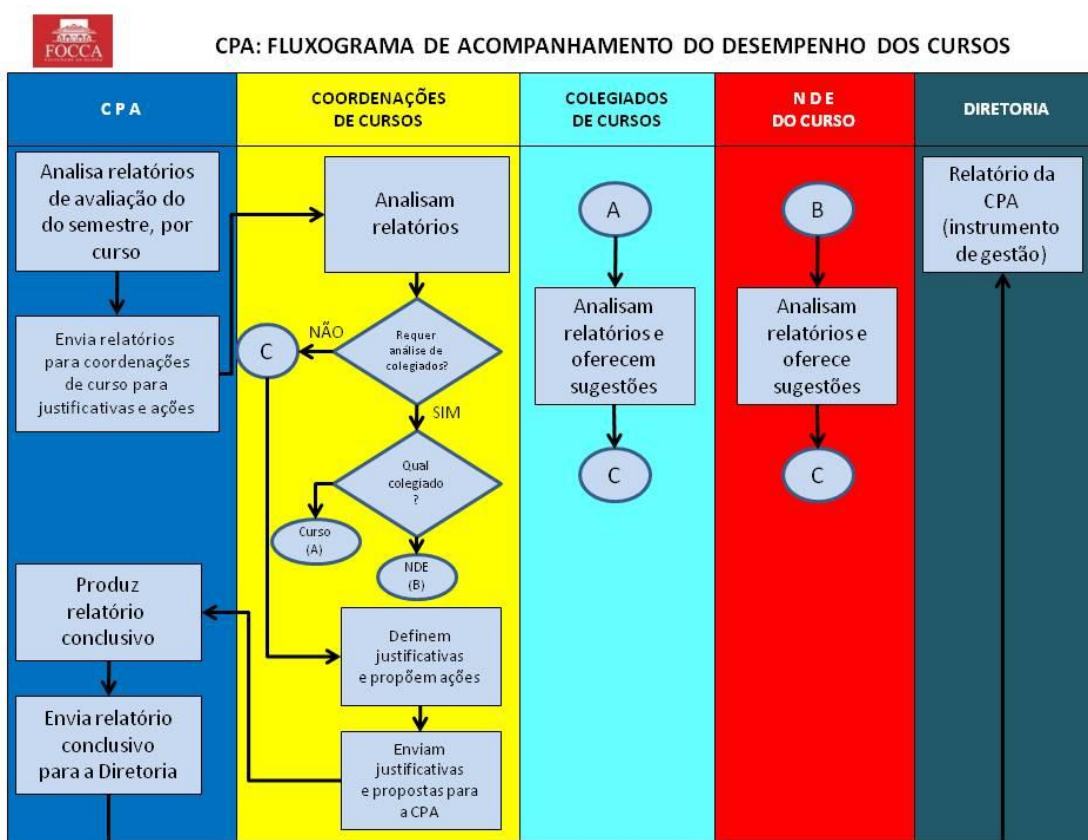
Sistematicamente, uma síntese dos resultados deverá ser divulgada por todos os meios possíveis para o devido conhecimento por toda a comunidade acadêmica.

Os resultados das dimensões avaliadas devem ser divulgados também nos encontros pontuais promovidos pelos cursos, a exemplo das “semanas pedagógicas” e reuniões com os colegiados de curso.

5.5 – ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO DOS CURSOS

Os resultados da autoavaliação institucional devem servir como um poderoso instrumento de gestão dos cursos ofertados pela faculdade. Nesse sentido, cinco órgãos fazem parte do processo de acompanhamento do desempenho de cada curso a partir dos relatórios preliminares gerados pela CPA, ou seja: a própria CPA, as coordenações de cursos, os núcleos docentes estruturantes, os colegiados de curso e a direção. Sugerem-se para esse processo os seguintes passos fundamentais (ver fluxograma adiante):

- 1º. Os relatórios gerados pela CPA devem ser encaminhados às coordenações de curso;
- 2º. As coordenações de curso justificam o desempenho de seus cursos em função do que for avaliado, propondo estratégias de correção ou aperfeiçoamento para o semestre seguinte consultando, no que couber, os colegiados de curso ou seu núcleo docente estruturante;
- 3º. Por fim, a CPA encaminha relatório definitivo para encaminhamento à diretoria pertinente - que deve utilizá-lo como instrumento de gestão.



REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Port. nº 1.081/MEC**, de 29 de agosto de 2008. Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.
- _____. **Port. nº 928/MEC**, de 25 de setembro de 2007. Aprova, em extrato, o instrumento de avaliação para autorização de cursos de graduação, Bacharelados e Licenciaturas, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.
- _____. **Port. nº 927/MEC**, de 25 de setembro de 2007. Aprova, em extrato, o instrumento de avaliação para autorização de cursos de graduação em Direito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.
- _____. **Port. MEC nº 147**, de 02 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a complementação da instrução dos pedidos de autorização de cursos de graduação em direito e medicina, para os fins do disposto no art. 31, § 1º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Acesso em: 20 fev 2007.
- _____. **Dec. nº 5.773**, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm> Acesso em: 30 maio 2007.
- _____. **Port. MEC nº 300**, de 30 de janeiro de 2006. Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Disponível em <http://www.inep.gov.br/download/superior/2006/avaliacao_institucional/Portaria_n300_30_01_06.pdf> Acesso em: 20 fev 2007.
- _____. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em < <http://www.cultura.gov.br/legislacao/leis/index.php?p=42&more=1&c=1&pb=1>> Acesso em: 10 JUN 2008.
- FOCCA - FACULDADE DE OLINDA. **Regimento Interno**. Olinda: mimeo, 1999.
- _____. **Plano Estratégico 2005-2010**. Olinda: mimeo, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro; Paz e terra, 1979.
- _____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo; Paz e terra, 1996.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre; Editora Mediação, 1993.
- LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo; Cortez, 1994.
- MEC/SAPIENS. **Instruções para Elaboração de Plano de Desenvolvimento Institucional**. Disponível em <[HTTP://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html](http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html)> Acesso em: 16 jun 2008.
- ROGERS, Carl R. **Tornar-se pessoa**. São Paulo; Martins Fontes, 1975.
- SILVA, Ezequiel Theodoro. **Os (des)caminhos da escola: traumatismos educacionais**. São Paulo; Cortez, 1990.